

JOVENS TURCOS

Designação dada a um grupo de oficiais brasileiros que a partir de 1913 se destacou por seu engajamento no processo de modernização do Exército nacional. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que, como os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão e, ao retornarem a seu país, se engajaram em um partido nacionalista e reformista.

O MODELO DO EXÉRCITO ALEMÃO

A gênese do grupo que seria chamado de “jovens turcos” remonta a 1905, quando o ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo (1902-1906), designou seis oficiais de infantaria, cavalaria e artilharia para servirem durante um período de dois anos no Exército alemão. O objetivo do ministro Argolo era formar no exterior instrutores perfeitamente habilitados para lecionar nas escolas militares, cujos currículos passariam a privilegiar uma orientação mais prática e profissional em detrimento de uma orientação teórica e de índole bacharelesca, que, não raro, desviava o militar de seu mister e o aproximava da política, conforme ocorreu, por exemplo, na noite de 14 de novembro de 1904, por ocasião da Revolta da Vacina, que resultou inclusive no fechamento da Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

O segundo grupo de oficiais brasileiros enviados à Alemanha foi também formado por seis militares, que de outubro de 1908 a setembro de 1910 ficaram arregimentados em diferentes unidades do Exército alemão. Pouco antes do estágio desse segundo grupo, em setembro de 1908, o marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra (1906-1909), visitou a Alemanha a convite do imperador Guilherme II, para assistir a manobras do Exército germânico. Durante a visita, a comitiva brasileira conheceu fábricas de material bélico e estabeleceu contatos com o imperador, com o chefe do estado-maior alemão, Helmuth von Moltke, e com vários outros militares, entre eles generais e oficiais de baixa patente, dando início às tratativas para a contratação de uma missão militar alemã de instrução junto ao Exército brasileiro. Essa visita possibilitou, ainda, o envio de um número maior de militares brasileiros para estágio. Por isso, a turma enviada em 1910 contou com 21 oficiais, que chegaram à Alemanha em julho, ainda a tempo de presenciar a segunda visita do marechal Hermes da Fonseca, que na época acabara de ser eleito presidente da República – o que recrudescera, em meio aos estagiários brasileiros, a esperança de que fosse finalmente contratada uma missão militar alemã.

No entanto, para a perplexidade de alguns, como Estevão Leitão de Carvalho, membro da terceira e última turma, a missão alemã inexplicavelmente não foi contratada, nem em 1910, nem durante toda a presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914), que tanto se

empenhara em reformar o Exército, com base principalmente no modelo alemão. Antes de retornar ao Brasil, em outubro de 1912, alguns dos mais empenhados membros da última turma de estagiários se reuniram em um restaurante em Berlim e combinaram introduzir na tropa todo o conhecimento adquirido nas unidades do Exército germânico. Surgiu também entre os oficiais Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho e César Augusto Parga Rodrigues, durante a viagem de regresso ao Brasil a bordo do navio *Capitão Roca*, a idéia de lançar uma revista que fosse capaz de contribuir para a formação técnica e profissional do oficialato brasileiro.

A revista foi lançada em 10 de outubro de 1913, com o nome de *A Defesa Nacional*, por um grupo formado por oito ex-estagiários do Exército alemão – Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis Neto, Euclides de Oliveira Figueiredo, César Augusto Parga Rodrigues, Epaminondas de Lima e Silva, Francisco Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Vila Nova –, e quatro adeptos entusiastas da campanha de modernização do Exército – Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino de Carvalho, Brasília Taborda e José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque.

A Defesa Nacional logo se tornou o órgão oficial dos militares em questão, à medida que se constituiu no principal meio de divulgação das propostas e interesses do grupo. Entre essas propostas, destacavam-se a defesa da profissionalização do militar; a campanha pela modernização do Exército, principalmente a partir da constituição do Exército em grandes unidades, da compra de material bélico de origem germânica e da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil; a defesa do desenvolvimento das ferrovias e da indústria de base nacional; a defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário e superior, e a luta para pôr em prática a lei que determinava o serviço militar obrigatório e o recrutamento militar através de sorteio, promulgada em 1908 mas inaplicada até 1916.

Devido ao afã modernizador, o grupo foi pejorativamente apelidado de “jovens turcos” por uma parcela de militares e civis que se opunham às suas idéias. O apodo fazia alusão a oficiais turcos que haviam estagiado no Exército alemão e, que, ao retornar à Turquia, se engajaram em um partido nacionalista e reformista, oficialmente conhecido como Comitê de União e Progresso, mas informalmente conhecido como Jovens Turcos, por ser formado por estudantes universitários e jovens oficiais progressistas. Na Turquia, os Jovens Turcos participaram de uma rebelião contra o sultanato e de um processo de transformações que acabou por resultar, em 1923, na proclamação da República sob a liderança de Mustafá Kemal, após o Império Otomano ter sido extinto pela derrota na Primeira Guerra Mundial, em 1918.

Contudo, o apelido que surgiu de forma pejorativa passou a ser visto como um símbolo de

abnegação e patriotismo, conforme destacou Estevão Leitão de Carvalho em sua autobiografia intitulada *Memórias de um soldado legalista*. Em relação ao pensamento dos jovens turcos, é importante notar que o grupo considerava o Brasil uma nação incipiente, desprovida de nacionalidade e de instituições verdadeiramente nacionais. O referencial para suas conclusões eram a nação e o Estado-Nação tal como se desenvolveram nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Dessa forma, os jovens turcos não se preocupavam apenas com o Exército, mas também com a compleição física do brasileiro e sua educação; com o estágio agrário da economia nacional e com a dependência e o atraso do país em relação às grandes potências e a países da América Latina como Chile e Argentina, cujos exércitos já contavam com o auxílio de missões estrangeiras.

Sendo assim, os jovens turcos acabaram desenvolvendo uma nova concepção a respeito da atuação política do militar, à medida que recusaram a intervenção individual do militar na política, mas consideraram válida a intervenção do Exército, como corporação, na política nacional. Tal concepção foi explicitada pelo primeiro editorial de *A Defesa Nacional*, quando seus fundadores afirmaram que “nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada, no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”.

Os jovens turcos se destacaram como perenes defensores da superioridade bélica alemã, inclusive durante o desenrolar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira ganharam espaço na imprensa nacional e as pressões da França e da Inglaterra em relação ao rompimento das relações do Brasil com a Alemanha se tornaram frequentes. Contudo, em outubro de 1917, a defesa dos jovens turcos da vinda de uma missão germânica arrefeceu, pois o Brasil declarou guerra à Alemanha e se alinhou à Tríplice Entente. Finalmente, em 1919, o Brasil contratou uma Missão Militar Francesa, o que fez com que o grupo dos jovens turcos fosse definitivamente derrotado na sua preferência pela Alemanha.

Em março de 1920, a missão francesa chegou ao Brasil sob o comando do general Maurice Gamelin e deu início à instalação da Escola de Aviação, da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária. Vale notar que alguns desses cursos já existiam no Exército, mas foram revistos e aperfeiçoados sob a orientação dos instrutores franceses. Devido ao fato de os cursos da missão serem necessários para a continuidade da ascensão do oficial na carreira, os jovens turcos acabaram integrando seu alunado. Assim, alguns dos ex-estagiários do Exército alemão fizeram parte das primeiras turmas da Escola de Estado-Maior organizada

pela missão francesa, entre eles Constâncio Deschamps Cavalcanti, Manuel Bougard de Castro e Silva, Augusto de Lima Mendes, César Augusto Parga Rodrigues, Epaminondas de Lima e Silva, Leitão de Carvalho, Euclides Figueiredo, Evaristo Marques da Silva e Francisco Jorge Pinheiro.

Dessa forma, a germanofilia dos jovens turcos cedeu lugar ao predomínio da ação militar francesa. No entanto, a missão francesa não impediu que a influência do estágio na Alemanha continuasse presente em meio ao grupo, que acabou desenvolvendo um pensamento político próprio, considerando o Exército como uma força capaz de participar e até mesmo de conduzir o processo de desenvolvimento político e econômico brasileiro. Tal visão acabou por influenciar a formação do pensamento de militares brasileiros de turmas subsequentes, como Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que, simpáticos aos jovens turcos, defendiam a militarização do país e o desenvolvimento da “política do Exército”, o que resultou na participação dos militares na Revolução de 1930 e na implementação do Estado Novo em 1937.

Cristina Monteiro de Andrada Luna

FONTES: ATILLASOY, Y. *Mustafá; Boletim do Exército*; CARVALHO, E. *Memórias*; COUTINHO, L. *General; Defesa Nacional*; LEWIS, B. *Emergence*; MALAN, A. *Missão*; MONTEIRO, P. *Revolução*; Ordens do Dia do Exército; Relatórios do Ministério da Guerra.